

INFORMAÇÕES SOBRE O TEXTO

Tipo

Artigo – comunicação ao Seminário Internacional "La construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá". Buenos Aires, 2009. 18pp.

Título:

Redes de economia solidária – papéis e limites de atores envolvidos: trabalhadores, universidades e Estado

Autor:

Antônio Cruz

Resumo:

Ver capítulo.

Referência original:

CRUZ, Antônio. Redes de economía solidária – papéis e limites de atores envueltos: trabalhadores, universidades e Estado. In: Seminario Internacional "La construcción de conocimientos y prácticas sobre la economía social y solidaria en América Latina y Canadá", 2009. Buenos Aires: CESOT/FCE/UBA, 2009. Mídia digital.

REDES DE ECONOMIA SOLIDÁRIA – PAPÉIS E LIMITES DE ATORES ENVOLVIDOS: TRABALHADORES, UNIVERSIDADES E ESTADO

Antônio Cruz*

Resumo

A construção de redes de economia solidária (estruturação de cadeias produtivas, associações para crédito e/ou comercialização, formas diversificadas de inter-cooperação etc.) implica uma “arquitetura sócio-política”, com projetos complexos de ação social que se destinam à conformação de “coletivos de coletivos” econômicos, isto é, de associações das quais participam outras organizações associativas diversas. Nesses casos, os resultados econômicos e sociais projetados tendem a impulsionar e animar a ação dos atores; por outro lado, os desafios normalmente presentes na constituição de empreendimentos simples de economia solidária se potencializam também: questões como a convivência entre líderes, os desafios de articular a democracia participativa dos diversos empreendimentos à tomada de decisões na rede, os problemas relacionados à gestão compartilhada de ativos econômicos constituídos em parceria, e os conflitos gerados na busca de resultados econômicos que atendam a todos. Esta micro-política exige, muitas vezes, traz o envolvimento (direto ou indireto) de outros atores, como o Estado e as universidades, por exemplo. Isto por sua vez, torna ainda mais complexa a construção da rede, uma vez que esses diferentes territórios (re)produzem diferentes olhares e práticas sociais. Precedidas de outras experiências internacionais (*Emiglia-Romagna, Mondragón, Grameen Bank, LETs, Red Global de Trueques* etc.), um conjunto de iniciativas brasileiras vem pondo à prova os desafios de constituição de redes de economia solidária. Dessas experiências, por sua vez, adaptadas à especificidade das economias e sociedades latino-americanas, é possível extrair aprendizados que permitem orientar novas tentativas e aperfeiçoar as já existentes. Este trabalho é uma reflexão teórica realizada a partir da observação de casos.

Redes de economia solidária

Ao longo das últimas décadas, um conjunto de “inovações sociais” vem se aproximando, se combinando e influenciando mutuamente, em busca de alternativas concretas ao modelo de regulação hegemônico – e até bem pouco tempo quase que incontestável.

Este texto vai tratar da forma como os empreendimentos da economia solidária – especialmente no Brasil – vêm buscando reforçar sua capacidade de inserção e permanência no cenário econômico, social e político, através da formação de “redes de empreendimentos”. Aparentemente, a proposta se referencia em experiências micro-econômicas européias relativamente recentes (como a da

* Doutor em economia aplicada pela Universidade Estadual de Campinas/SP (Unicamp); professor-pesquisador do programa de pós-graduação em política social da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), onde coordena o Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas; coordenador nacional da Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (Brasil).

chamada “Terceira Itália” ou mesmo do “complexo cooperativo de Mondragón”), mas também nas experiências dos chamados “novíssimos movimentos sociais”, cuja articulação mundial tem permitido realizar ações políticas simultâneas em diferentes partes do planeta ou mesmo impulsionar a realização do Fórum Social Mundial¹.

O conceito de “rede de economia solidária” (RES) é ainda novo e pouco discutido, e a utilização do termo nem sempre vem acompanhada de uma definição criteriosa. Não há espaço, aqui, para um tratamento adequado da questão, e por isto teremos de nos limitar a enunciar dois “tipos ideais” que nos permitam avançar sobre o nosso objeto.

Para Mance (2003):

Considerando-se o seu aspecto econômico, trata-se de uma estratégia para conectar empreendimentos solidários de produção, comercialização, financiamento, consumidores e outras organizações populares (associações, sindicatos, ONGs etc.) em um movimento de realimentação e crescimento conjunto, auto-sustentável, antagônico ao capitalismo. (...)

O objetivo básico dessas redes é *remontar de maneira solidária e ecológica as cadeias produtivas*: (a) produzindo nas redes tudo o que elas ainda consomem no mercado capitalista: produtos finais, insumos, serviços etc.; (b) corrigindo fluxos de valores, evitando realimentar a produção capitalista (...); (c) gerando novos postos de trabalho e distribuindo renda, com a organização de novos empreendimentos econômicos para satisfazer as demandas das próprias redes; (d) garantindo as condições econômicas para o exercício das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. (...)

As propriedades básicas dessas redes são autopoiese, intensividade, extensividade, diversidade, integralidade, realimentação, fluxo de valor, fluxo de informação, fluxo de matérias e agregação. A gestão de uma rede solidária deve ser necessariamente democrática, pois a participação dos membros é inteiramente livre, respeitando-se os contratos firmados entre seus membros. Entre suas características estão: descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização, que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo. (pp. 220-221).

Evidentemente, a noção assim apresentada configura-se como um “tipo ideal weberiano”: dificilmente uma rede de economia solidária real estará adequada ao conceito; mas ele serve para permitir uma análise criteriosa dos casos reais estudados. Uma rede qualquer, tomada empiricamente, não apresentará todas as

¹ Embora as considerações aqui apresentadas possam ser estendidas a outros países da América do Sul, a pouca informação empírica me impede de afirmar categoricamente esta relação. Além disso, seria muito interessante tratar da relação entre as redes sócio-políticas desenvolvidas pelos movimentos sociais e as redes de economia solidária, mas o espaço é insuficiente para a análise. O artigo estará focado, então, nos referenciais econômicos e na micro-política relacionada à formação das redes, com exemplos brasileiros.

propriedades básicas e nem todas as características apontadas, mas elas representam um conjunto de parâmetros que permitem indicar se uma rede de negócios é – ou não – solidária ou se ela é “mais” ou “menos” solidária...

Problematizando as noções apresentadas, podemos – por exemplo – nos perguntar se redes que não se constituem como “cadeias produtivas” podem ser assim consideradas: se as redes de clubes de trocas da Argentina ou se as centrais de cooperativas de crédito solidário no Brasil podem ser classificadas como RES.

O problema conceitual estende-se também à própria noção de empreendimento de economia solidária (EES), que nos exigirá, igualmente, um “tipo ideal”.

Assim, no presente trabalho, considerarei como *economia solidária* o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se em relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes. (CRUZ: 2006, p. 68).

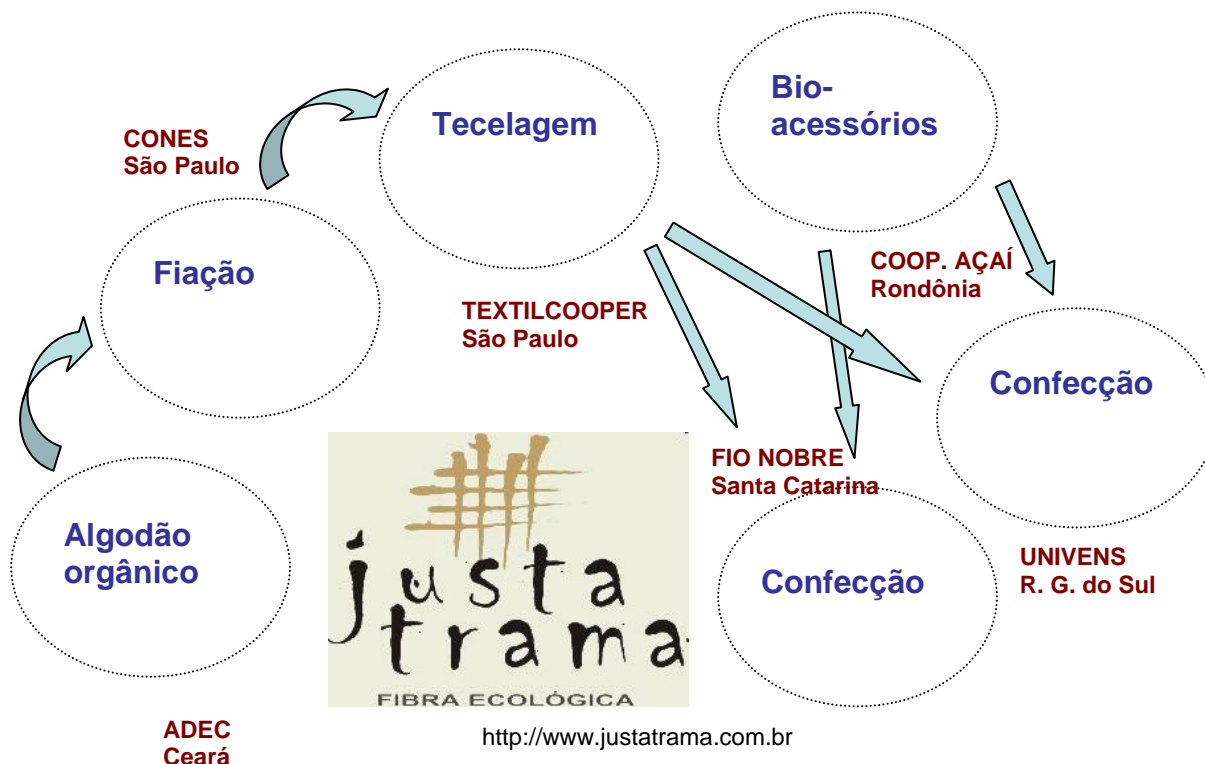
Lançando mão de nossos tipos ideais (de EES e de RES) para avançar sobre nosso objeto, cabe ainda salientar que os exemplos de RES são poucos, ainda que paradigmáticos. E é justamente por esta última característica é que se torna interessante estudá-los.

Mesmo assim, ao longo dos últimos anos, as experiências vêm se multiplicando. E poderíamos, de forma ousada, propor uma rudimentar tipologia, baseada em diferentes arranjos que comportam mais ou menos homogeneidade dos EES participantes:

- a) as RES formadas por EES distintos, mas que estabelecem um seqüenciamento “vertical”, dentro de uma mesma cadeia produtiva. Este é o caso de algumas redes constituídas no Brasil, como a Justa Trama² ou a Renaci³.

² Justa Trama é uma rede que estrutura a produção de roupas de algodão orgânico, articulando associações e cooperativas de agricultores familiares que produzem algodão; de coletores de grão e sementes amazônicas que produzem bio-jóias (assessórios de roupa); de fiação e tecelagem industrial; e de confecção. É interessante notar que os EES que a formam estão distantes milhares de

Figura 1 – Diagrama de funcionamento da rede Justa Trama.



Fonte: elaboração própria, a partir das informações coletadas.

- b) as RES formadas por EES semelhantes, que realizam o mesmo tipo de atividade ou produzem os mesmos produtos, e cujo objetivo é reforçarem-se mutuamente, como uma espécie de “empreendimento coletivo formado por empreendimentos coletivos”. É o caso dos sistemas de crédito solidário Cresol e Crehnor⁴, que reúnem (cada um deles) diferentes cooperativas de

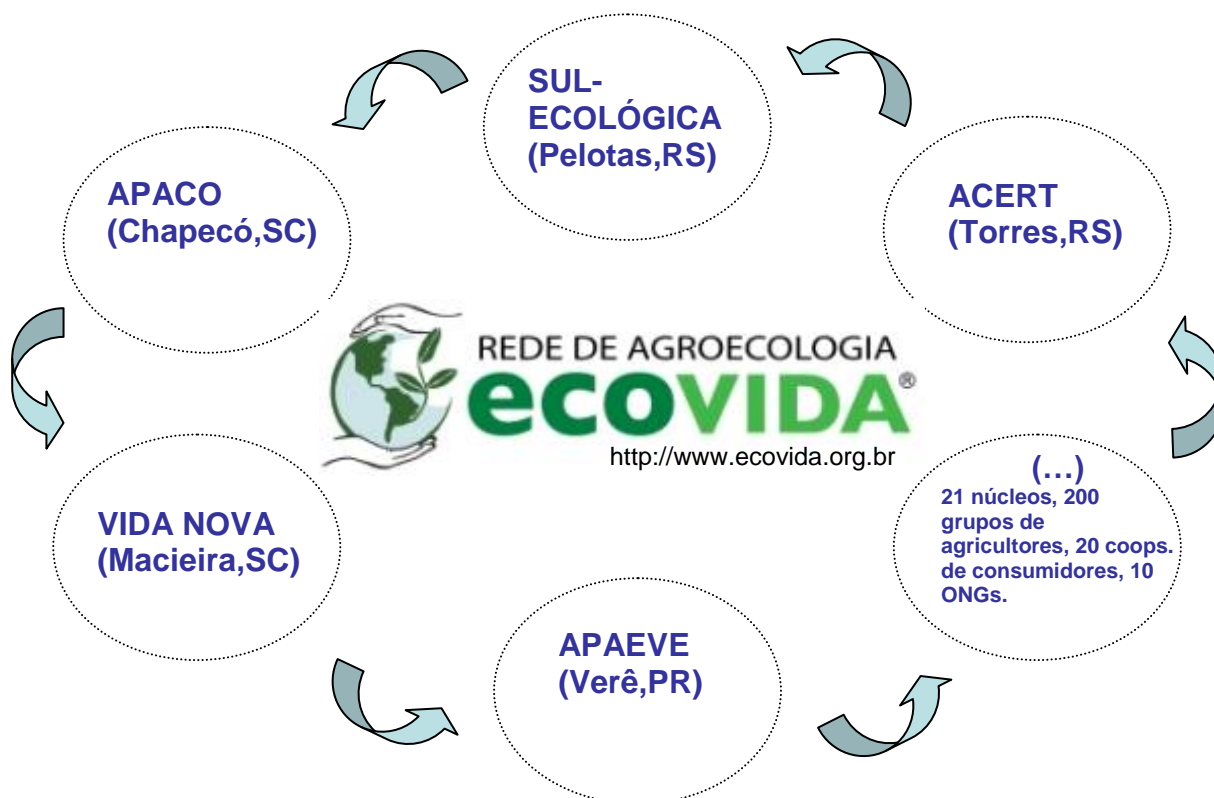
quilômetros uns dos outros e sua articulação se deu basicamente a partir de encontros do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Ver: <http://www.justatrama.com.br>.

³ Renaci quer dizer Rede Nacional de Cooperativas Industriais, que reúne empresas recuperadas da área de metalurgia e que têm apresentado propostas consorciadas para concorrências e licitações, articulando trabalhos complementares entre si, inclusive na área de construção naval. As empresas são especializadas em produtos diferenciados e estão localizadas em estados diferentes do Brasil: Uniforja (anéis, flanges e conexões de aço forjado, São Paulo – <http://www.uniforja.com.br>), CTMC (caldeiraria pesada, Rio Grande do Sul – <http://www.ctmc.ind.br>), Geralcoop (fogões e aquecedores industriais e domésticos, Rio Grande do Sul – <http://www.geralcoop.com.br>), Coopermetal (peças e componentes industriais, de Santa Catarina – <http://www.coopermetal.com.br>) e Coomefer (equipamentos ferroviários, de Minas Gerais – <http://www.coomefer.com.br>).

⁴ Cresol e Crehnor são instituições muito parecidas. Elas reúnem cooperativas de crédito solidário de agricultores familiares, especialmente no sul do Brasil. As cooperativas locais associam-se, formando as centrais. A Cresol é vinculada ao movimento dos trabalhadores da agricultura familiar (FETRAFs)

crédito sob uma central cooperativa; das redes de clubes de trocas solidária que emergiram com força na Argentina, no começo desta década⁵; ou ainda da rede de agroecologia Ecovida, que reúne produtores, consumidores e ONGs dos três estados do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul)⁶.

Figura 2 – Diagrama de funcionamento da rede ECOVIDA.



Fonte: elaboração própria, a partir das informações coletadas.

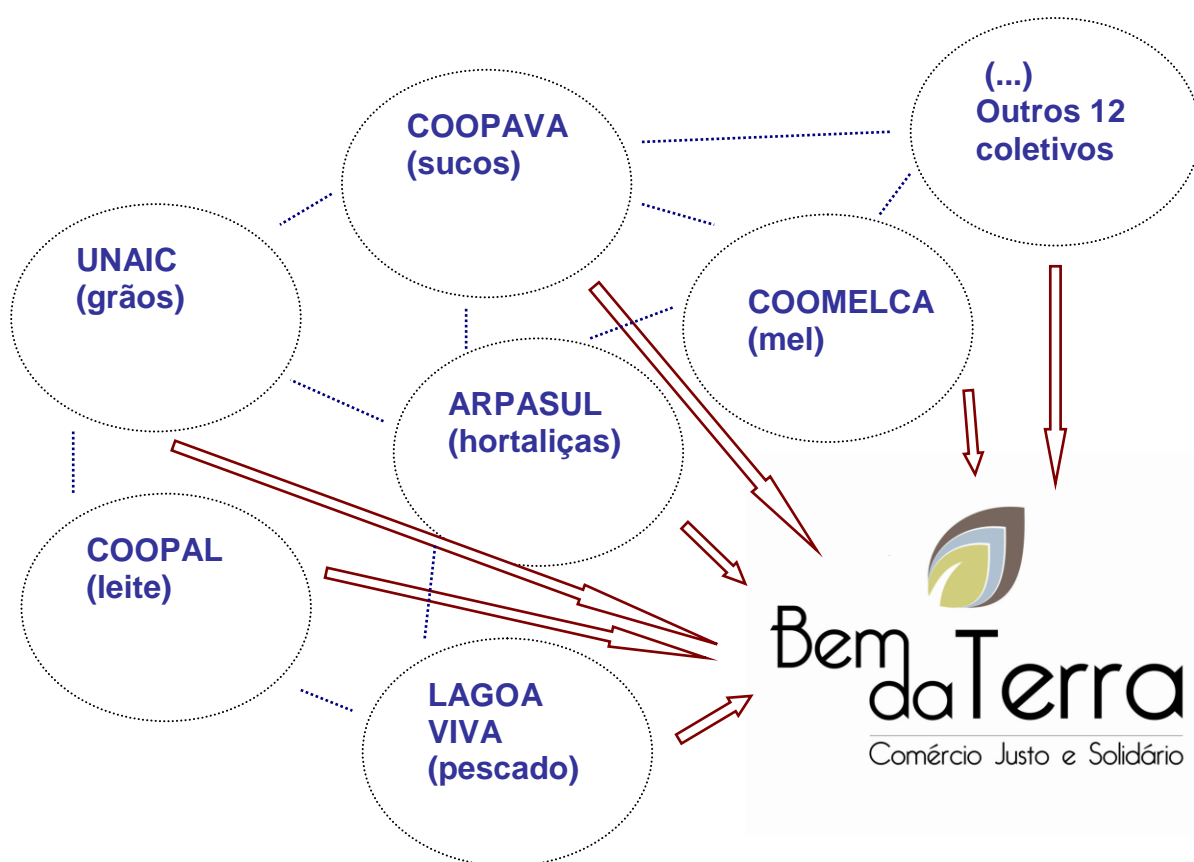
e a Crehnor atende aos assentados da reforma agrária, ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Ver: <http://www.cresol.com.br> e <http://www.crehnor.com.br>.

⁵ Os clubes de trocas começaram na Argentina em Bernal (na província de Buenos Aires), em 1995, partindo de um modelo canadense. O modelo se disseminou rapidamente e logo os clubes passaram à constituição de redes de clubes (como a *Red Global de Trueque* ou a *Red de Trueque Solidário*), ampliando exponencialmente o número de participantes, chegando a quase 6 milhões de pessoas no período imediatamente posterior à grave crise de 2001. Para uma abordagem detalhada e interessante do tema, ver: HINTZE, 2003.

⁶ A Rede ECOVIDA (<http://www.ecovida.org.br>) é formada por um conjunto heterogêneo de entidades ligadas ao movimento da agricultura familiar e ecológica. São 21 núcleos que reúnem aproximadamente 200 grupos/associações/cooperativas de produtores agroecológicos, 20 ONGs que trabalham com projetos de apoio e mais 10 cooperativas de consumidores agroecológicos, abrangendo cerca de 170 municipalidades dos três estados da região sul do Brasil. Há um selo auto-regulado pela rede, que é outorgado sob a forma de “certificação participativa”, isto é: as próprias entidades da rede fiscalizam e certificam umas às outras. Além disso, possuem fóruns de formação, de produção de conhecimento e estruturas articuladas de comercialização.

- c) RES formadas por EES distintos, que convergem para uma estrutura que se articula e que procura desenvolver uma ação específica, que é comum a todos, mas que não é a especialidade de nenhum. São exemplos as redes de comercialização que instituem lojas da economia solidária, ou fundos mútuos de financiamento constituídos por empreendimentos diversos. São exemplos o Projeto Esperança e a Associação Bem da Terra⁷.

Figura 3 – Diagrama de funcionamento da rede Associação Bem da Terra.



Fonte: elaboração própria, a partir das informações coletadas.

⁷ O Projeto Esperança existe há cerca de 20 anos na cidade de Santa Maria (Estado do Rio Grande do Sul, Brasil) e é formado por mais de cinquenta grupos, associações e cooperativas, que representam algumas centenas de produtores e que se associam especificamente para comercializar seus produtos. São agricultores familiares, artesãos, confeccionistas, agroindústrias familiares etc. (Ver: <http://www.esperancacooesperanca.org.br>). A Associação Bem da Terra, ainda em estágio de formação, é uma associação que reúne grupos, associações e cooperativas, e que pretende ainda associar trabalhadores especializados no processo de comercialização. São produtores de hortifrutigranjeiros, sucos e geléias, sementes diversas, grãos, pescado, confecção, artesanato e diversos outros produtos. Ela se localiza em Pelotas, no mesmo estado brasileiro, e é assessorada por uma equipe da incubadora de cooperativas que é vinculada ao Núcleo de Economia Solidária e Incubação de Cooperativas da Universidade Católica de Pelotas, que tenho a honra de coordenar.

- d) RES formadas a partir de uma *holding* associativa: um empreendimento base que, a partir da sua ação e de projetos por ele desenvolvidos, dá origem a outros empreendimentos. É o caso, por exemplo, dos EES desenvolvidos a partir dos bancos comunitários, como o Banco Palmas⁸, ou de um empreendimento pioneiro, produzido como resultado de uma articulação político-comunitária, como a APAEB (no estado da Bahia) ou a UNAIC⁹ (no estado do Rio Grande do Sul) – todos eles no Brasil (veja o diagrama 4, na próxima página, como exemplo explicativo).

Modelos distantes

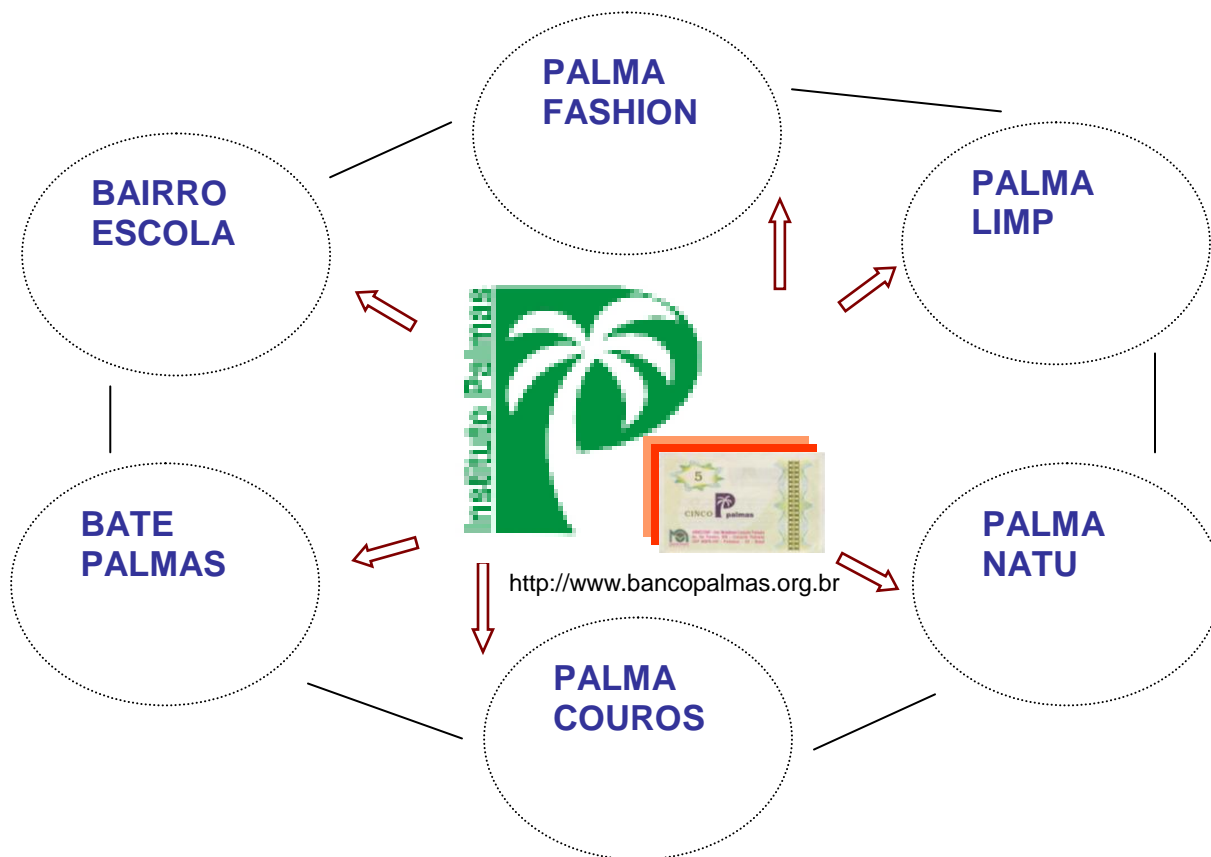
A idéia de potencializar empreendimentos econômicos associativos a partir de sua inter-associação, como se sabe, é bem antiga. As idéias de Proudhon em torno das federações de associações e de cooperativas, a inter-cooperação entre as várias cooperativas de crédito – em seus diversos modelos ou versões na Europa do século XIX – ou ainda a própria rede de empreendimentos e cooperativas fundadas em torno da Sociedade dos Pioneiros de Rochdale, comprovam isto.

Experiências econômicas recentes, de fora da América do Sul, por outro lado, antecipam (senão que diretamente inspiram) os empreendedores coletivos do nosso continente. As mais conhecidas talvez sejam as redes de empresas da Emiglia-Romagna, na Itália; o complexo cooperativo de Mondragón, na Espanha; e o muito citado, mas pouco conhecido, Grameen Bank, de Bangladesh. Muitos pesquisadores

⁸ Bancos comunitários são instituições que combinam moeda social (um circulante restrito a uma determinada localidade) e micro-crédito a partir de um projeto de desenvolvimento local de caráter micro (um bairro, uma aldeia, um assentamento rural de reforma agrária, uma aldeia indígena...). No Brasil, o modelo pioneiro é o Banco Palmas, iniciado a mais de dez anos no Conjunto Palmeira, um bairro pobre de Fortaleza (estado do Ceará, Brasil). Ver: <http://www.bancopalmas.org.br>.

⁹ APAEB é a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, fundada em 1980 em Valente, no estado da Bahia. Ela desenvolve um conjunto extenso de atividades econômicas, sociais e educativas, incluindo uma fábrica de tapetes onde trabalham 700 pessoas. Ela nasceu da organização política dos pequenos agricultores da região, que demandavam crédito e seguro agrícola de pequena escala e políticas específicas para a agricultura familiar. A UNAIC é a União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu, um município com cerca de 3 mil agricultores familiares, a maioria deles descendentes de imigrantes alemães e muito pobres, no estado do Rio Grande do Sul. A UNAIC desenvolve projetos específicos na área de sementes nativas, comercializa diversos produtos e possui uma agroindústria de farinhas e rações, entre outros empreendimentos. Ambas nasceram da mobilização política dos pequenos produtores rurais por melhores preços, por serviços públicos e por crédito rural. E a partir daí passaram a empreender diversos projetos econômicos de caráter solidário, que se reforçam mutuamente. APAEB e UNAIC não têm qualquer relação direta e se encontram a cerca de 2500 km uma da outra. Ver: <http://www.apaeb.com.br> e <http://www.unaic.com.br>.

Figura 4 – Diagrama de funcionamento da rede constituída a partir do Banco Palmas.



Fonte: elaboração própria, a partir das informações coletadas.

já estudaram essas iniciativas e algumas lideranças, entre empreendedores solidários das redes, conhecem ou pelo menos já ouviram falar de algum deles.

Embora a experiência da Emiglia-Romagna (PIORE; SABEL, 1984; PUTNAM, 1999) esteja longe da economia solidária, a idéia de que pequenas empresas podem sobreviver e prosperar em meio a mercados oligopólicos graças à sua interassociação tem servido de estimulante a muitos teóricos das economias periféricas. Ela nasceu como resultado de uma longa tradição associativa da região, que foi transferida das zonas rurais para as zonas urbanas durante o processo de modernização econômica da Itália no final do século XIX, e que foi potencializada pela ação do Estado através de políticas indutoras do desenvolvimento econômico

local, executadas por sucessivos governos do Partido Comunista Italiano ao longo de quase 50 anos, depois da 2ª. Guerra Mundial.

Por outro lado, a experiência basca de Mondragón tornou-se quase um ícone – ao mesmo tempo imitado e criticado – que representa, de alguma maneira, a “prova da prática” a ser testada e discutida.

Entre aquellos que sueñan con las opciones, están los que creen que el modelo vasco de las redes de cooperativas, particularmente aquellas vinculadas a la Corporación Cooperativa Mondragón, también podría significar una posibilidad aún más interesante, porque tiene como principio básico un proceso de democratización del acceso al trabajo y al capital de manera paralela, por fuerza de la forma de cooperativa autogestionaria que detentan las empresas. Por supuesto que los que sostienen esta idea representan apenas una pequeña minoría.

Aquellos que debaten el caso de Mondragón, a su vez, lo hacen de forma apasionada, incluso cuando se trata de esgrimir evidencias empíricas. Las posiciones pueden variar del entusiasmo irrestricto a la crítica contundente. (CRUZ; CARDOSO: 2005, p. 6)

O Grameen Bank (Banco da Aldeia), embora fosse originariamente uma revolucionária ferramenta de micro-crédito, transformou-se também numa RES, que reúne inclusive uma empresa de telefonia móvel, entre outras iniciativas (YUNUS, 2003).

Todos esses exemplos – mais antigos ou mais recentes – podem parecer ter pouco em comum, mas coincidem em aspectos importantes:

1º.) são notadamente utópicos (com pretensões à construção de um projeto social inovador) e revolucionários (em clara contradição com o modelo hegemônico em seus respectivos lugares e épocas);

2º.) possuem uma fortaleza advinda diretamente da participação ativa e consciente dos atores coletivos que os conformam – os EES;

3º.) seus êxitos econômicos resultaram de uma fórmula que combinava (combina) um alto grau de solidariedade interna a uma forte identidade comunitária ou territorial (seja território físico/geográfico, seja território social, de comunidade de interesses de identidades).

Do que podemos observar nos contatos com dirigentes e assessores técnicos ou com outros estudiosos do tema, o processo de formação de RES no Brasil e nos demais países da América do Sul não diverge desses exemplos históricos. Embora

suas escalas não cheguem, muitas vezes, a alcançar efeitos que produzam impacto econômico significativo sobre o conjunto da economia local (como na Emiglia-Romagna, no País Basco ou em certas áreas de Bangladesh) – aqui, raramente este é o caso –, eles transformam de maneira profunda a vida daqueles que delas participam, trazendo efeitos econômicos e sociais em primeiro lugar, mas também políticos e culturais.

As redes se formam, em primeiro lugar, por conta de um imperativo econômico, sem dúvida nenhuma: a necessidade de obter escalas adequadas em mercados muito competitivos, que permitam aos empreendimentos reforçarem suas posições nos seus respectivos cenários micro-econômicos, reforçando – por um efeito de “cascata em pirâmide” – às posições econômicas de seus trabalhadores e/ou produtores individuais.

Tal perspectiva pode não estar imediatamente à frente da constituição das redes, pois muitas vezes algum objetivo mais próximo pode mediar este processo. O acesso a recursos públicos, a adequação a determinadas normas legais, a necessidade de atender certos requisitos mercadológicos etc. podem constituir um motivo mais imediato, mas todos eles referem-se à sobrevivência econômica do empreendimento, e, por conseguinte, à “sobrevivência” produtiva dos associados.

Porém, assim como no caso dos EES, as RES também comportam um forte elemento moral/valorativo/ideológico: elas significam uma saída coerente para os imperativos mercadológicos, mediados pelos ideais originais dos grupos associativos. Expandindo para fora dos muros de cada EES a proposta da solidariedade e da autogestão, a idéia da “rede” tende a reforçar a perspectiva igualitária do discurso da economia solidária.

O papel dos atores: trabalhadores, apoiadores e Estado

A formação das RES replicam, em outro patamar, os condicionantes da formação dos EES: significam a reunião de condicionantes econômicos (que constroem os atores à busca de uma “saída” para seus impasses) a condicionantes político-ideológicos (a opção por uma lógica alternativa ao processo dominante).

No caso do Brasil e dos demais países da América do Sul, conforme indicam numerosas pesquisas¹⁰, o crescente número de EES está condicionado ao duplo e contraditório movimento que se opera, desde a década de 90, sobre o “mundo do trabalho”: uma significativa piora das condições de emprego (aumento das taxas de desocupação e de informalidade, crescente precarização dos postos e das condições de trabalho, deterioração das condições coletivas de negociação etc.), por um lado, e por outro lado, de uma sensível transformação da consciência social e política dos trabalhadores e dos mais pobres em geral (incorporação de valores como cidadania, participação, igualitarismo, resistência à exploração etc.¹¹).

Entretanto, a formação de uma RES implica uma aproximação entre lideranças de EES, já experimentadas em suas histórias de vida e de organização, num processo de construção e consolidação de outro tipo de empreendimento associativo. As redes reúnem pessoas que exercem papéis centrais nos EES a que representam, devem zelar pela preservação dos interesses daqueles que representam, que muitas vezes esses dirigentes têm interesses próprios e pessoais (por mais solidária que seja sua ação cotidiana). É comum que tenham desejo por reconhecimento, por protagonismo, pelo status de liderança ou mesmo que tenham pretensões políticas mais amplas.

Além disso, raramente a consolidação de um EES depende exclusivamente de sua participação numa rede, pois, de modo geral, a formação de uma RES é uma espécie de “expansão”, de aperfeiçoamento que permite ao EES galgar um degrau na escada de sua precária estabilização econômica, de modo que o insucesso da rede não significa necessariamente o insucesso do empreendimento, mas sim, que o êxito da rede potencializará o seu sucesso como empreendimento.

¹⁰ Ver: SINGER; SOUZA (2001); CRUZ (2006); a arte da associação, entre muitos outros.

¹¹ A maioria dos pensadores sociais e políticos é muito cética em relação a esta “elevação do nível de consciência social dos trabalhadores.” Seu argumento, consistente aliás, é de que a redução do nível de atividade política (diminuição dos índices de sindicalização e do número de greves, recuo na capacidade de representação das centrais sindicais etc.) demonstraria o avesso dessa hipótese. Entretanto, a eleição e a recorrente popularidade de mandatários “de esquerda” no continente (Kirchner, Lula, Tabaré, Chávez, Correa, Evo etc.) parecem indicar uma nuance diferenciada deste processo. Talvez, a análise das novas configurações do mundo do trabalho – fragmentado, desidentificado, precarizado – possam explicar ao mesmo tempo o recuo da luta associativa e o avanço da política reformadora. Neste caso, estaríamos assistindo, justamente, a uma modificação e de suas formas de manifestação, que tenderiam a expressar-se não mais na esfera da luta sindical, mas na esfera da luta política, pelo controle do governo e do Estado.

Neste sentido, o elemento central do processo de construção de uma RES parece ser ocupado por uma micro-política específica, presente nesses processos, mais que pelas relações econômicas aí presentes. Na “micro-política” das redes, a capacidade de entendimento e de coordenação dos vários atores envolvidos torna-se tão decisivo para o processo quanto a micro-política que se realiza no interior dos empreendimentos, embora seja muito importante perceber que se trata de um processo qualitativamente diferenciado, ao mesmo tempo mais simples e mais complexo. Mais simples, porque reúne pessoas que já conhecem a dinâmica do poder coletivo/associativo e suas características específicas; mais complexo porque precisa adequar interesses muito mais “poderosos” (porque coletivos) e porque precisa articular, na condição de coadjuvantes, pessoas acostumadas ao papel de protagonista.

Os diferentes papéis desempenhados pelos distintos tipos de atores, nesse cenário, constituem peça-chave para a compreensão de diferentes trajetórias na história de diferentes experiências na formação de redes de economia solidária.

Trabalhadores associados: empreendedores coletivos

Os trabalhadores associados, empreendedores coletivos de EES, que se propõem a tarefa de construir uma RES, nem sempre assumem o protagonismo efetivo das redes. Muitas vezes, quadros técnicos (assessores) oriundos dos EES que se encontram no processo de articulação da rede, ou mesmo originados de instituições apoiadoras e ou até mesmo do poder público, assumem posições destacadas no processo de articulação, estruturação e efetivação das redes.

Este protagonismo aparente, entretanto, não é e nem poderia ser real, pelo simples fato de que uma RES só pode existir se os trabalhadores que lideram os EES estiverem convencidos de que a rede tem sentido, de que ela lhes beneficia e de que, em última instância, eles podem manter o controle efetivo sobre a rede. Isto, por sua vez, se explica por um fato ainda mais simples: os processos econômicos levados a cabo pela rede – sejam eles de produção, de consumo, de crédito etc. – dependem diretamente da colaboração efetiva dos trabalhadores associados nos seus respectivos empreendimentos. Assim como num EES – autogestionário por definição (se não é autogestionário, não é um EES...) – uma liderança não pode

exercer tal papel por muito tempo sem que goze de legitimidade efetiva para isto, um técnico, seja ele de que origem for, não pode controlar ou tornar efetiva uma rede sem que conte com a anuência expressa das lideranças dos EES que a formam e que contribuem economicamente para sua existência concreta.

Evidentemente, como qualquer estrutura social, as redes – bem como os EES – estão atravessados por processos de disputa de poder, que envolvem desejos, projetos e outras formas de manifestação coletiva ou individual. A autogestão, é claro, não pressupõe ausência de conflitos, mas formas previamente regradas que devem procurar, explicitamente, reduzir as assimetrias que produzem ou que podem produzir formas não acordadas de exercício do poder, bem como estabelecer seus limites legítimos e os mecanismos que permitem dirimir os conflitos.

A ação concertada é também uma ação produtiva do poder. (...) O poder impõe uma disciplina, obrigando os indivíduos que compõem as redes de economia solidária à ação homogênea pela vigilância hierárquica, pela aplicação de sanções e por meio de exames individualizados que normalizam a ação coletiva, direcionando-a aos fins propostos pela instituição. Soma-se a esta conclusão o caráter disciplinar de poder, uma vez que esta definição permite a sua percepção como produtor da realidade social e permite sua visibilidade externa, isto é, as coações, punições e conflitos como efeitos da ação do poder.

(...) As redes de economia solidária distribuem fluxos de poder em instâncias onde os atores disputam suas estratégias e mesmo que as ações sejam orientadas pela igualdade e ausência de hierarquias, pela participação e autogestão, não estão isentas de relações de poder. (PAULI, 2005: p. 154).

A construção de acordos para o exercício do poder no interior da rede (como num EES) é que configura o exercício básico da construção de uma RES. Ele pressupõe um apelo incansável ao diálogo e à participação, bem como à conciliação das diversas posições e interesses presentes na rede. A animação desta *concertação*, mais uma vez, pode caber a um mediador que não participa dos empreendimentos. Mas – outra vez também –, o êxito desse processo depende essencialmente do posicionamento dos protagonistas efetivos: da posição das lideranças dos EES que formam a rede em relação ao mediador. Sem sua cooperação efetiva, qualquer esforço está fadado ao insucesso.

Uma vez conformada e consolidada a rede, este esforço não se interrompe. Ele continua, embora num outro patamar, à medida que o regimento de funcionamento da rede requer ajustes constantes, mesmo que seus fundamentos já

estejam constituídos. Ainda assim, a dinâmica dos processos econômicos, sociais e políticos torna a rede um sistema de poder relativamente instável, exigindo que o processo de diálogo e de *concertação* se mantenha permanentemente ativo e em condições de aprender com sua própria experiência, assim como com a experiência de outras redes. Atitudes pautadas pela transparência, flexibilidade de posições, disposição para a negociação e exercício responsável de posições distintas nas hierarquias de poder no interior da rede (às vezes de protagonismo, às vezes de coadjuvância) permitem aos diversos nós da rede permanecerem vinculados entre si e serem capazes de interagir de forma pró-ativa.

O processo de cooperação entre as lideranças dos EES que conforma a rede é essencial e uma rede não pode existir sem ele.

Apoiadores: universidades e ONGs, técnicos e assessores

Estamos considerando sob esta categoria todos os agentes externos aos quadros de associados dos EES que formam as redes. Eles podem ser técnicos dos próprios empreendimentos ou assessores de entidades terceiras (ONGs, universidades, voluntários etc.).

Esses atores participam ativamente dos processos de poder no interior das RES e podem constituir e defender interesses e projetos próprios no interior das organizações. Estas posições podem variar desde a mera manutenção de seus postos de trabalho (como uma espécie de burocracia de tipo weberiana) até a representação de perspectivas ideológicas e/ou projetos políticos que disputam a orientação dos grupos envolvidos na rede, e muitas vezes podem combinar várias dessas possibilidades de interesses e projetos, bem como aqueles tipos de interesses pessoais já referidos em relação aos dirigentes dos empreendimentos.

Entretanto, esta disputa pode colocar em risco a coesão interna da rede, se ela se elevar a um nível em que os interesses e projetos dos apoiadores (sejam pessoais ou institucionais) se sobreponham ao diálogo e ao concerto necessários à constituição e consolidação da rede.

Por outro lado, os apoiadores podem exercer um papel decisivo e positivo nas redes, especialmente em seu processo de construção. De modo geral, as exigências internas dos EES tendem a absorver os esforços e o tempo de seus dirigentes,

fazendo da organização da rede uma sobrecarga de trabalho de resultados ainda imprecisos. Assim, uma ação orquestrada coletivamente e executada de forma escrupulosa pelos apoiadores pode levar à constituição de laços de confiança entre líderes dos EES e apoiadores, e ao mesmo tempo reforçar a solidariedade interna do coletivo das pessoas que representam os empreendimentos na rede.

Um cuidado especial nesse processo diz respeito à clara delimitação entre espírito de colaboração e poder de decisão. Em outras palavras: os apoiadores podem elaborar e propor (aliás, espera-se isto deles), mas operar ações sem a consulta e consentimento aos empreendimentos, pode gerar reações inversas às previstas no parágrafo anterior.

No mesmo sentido, a realização de tarefas que exigem condições especiais ou privilegiadas em relação ao estado comum dos empreendimentos (a formulação de algum documento de tipo especial, de alguma pesquisa ou de algum contato inacessível aos empreendimentos, por exemplo, que exigem conhecimentos ou condições materiais indisponíveis aos EES), pode contribuir decisivamente para reforçar a coesão interna, desde que, mais uma vez, não se realizem sem a decisão expressa do coletivo.

Instituições de pesquisa e educação – e especialmente as universidades – podem cumprir um papel muito importante. Projetos de pesquisa aplicada e programas de extensão desenvolvidos de forma interdisciplinar, com a participação e o envolvimento direto dos empreendimentos (na definição dos objetivos, na escolha da metodologia adequada, na construção das análises, enfim, em todos os processos que envolvam a produção e a difusão de conhecimento). Programas de extensão universitária, por outro lado, podem contribuir para o desenvolvimento de atividades formativas ou que combinem educação e pesquisa. Nos casos do Brasil e do Uruguai, as incubadoras universitárias de cooperativas (ou de EES) vêm cumprindo esta função, mas outros programas específicos, em diversas universidades, também vêm realizando esta tarefa, nestes e em outros países da macro-região. É importante ressaltar que as universidades não são as únicas instituições nesse processo, mas acredito que o ambiente acadêmico, reunindo campos diversificados do conhecimento, em constante aperfeiçoamento por via da pesquisa e da extensão, pode constituir, sim, um importante aliado para as RES, tanto quanto para os EES.

Por fim: a ação dos apoiadores (sejam eles universitários ou de outros tipos) não comporta protagonismo, mas pode ser decisiva: dependendo de seus desdobramentos, ela pode colocar em risco a rede, ou pode reforçar seus elos e potencializar seus objetivos.

Estado: estrutura complexa e ação condicionante

O elo mais complexo no processo de criação das RES é o Estado. Ele pode não participar diretamente em nada do processo de constituição de uma rede, e mesmo assim ele terá também um papel decisivo. Isto resulta do fato de que, diferentemente do mercado, em que múltiplos interesses expressam-se de forma objetivada em relações econômicas identificáveis e traduzíveis por números e estatísticas, a ação do Estado aspira ideologicamente à condição de “força neutra”, que realiza “o bem comum”, e é essencialmente subjetivada, resultante das forças políticas que interagem em seu interior.

Dispondo de um excepcional arsenal de instrumentos de ação política, social e econômica, o Estado tem plenas condições de inviabilizar ou ao menos tornar muito difícil a constituição de uma RES, ou ao mesmo tempo garantir cabalmente a sua existência. As formas como isto se desdobra são muito diversificadas: mecanismos de legislação e a conduta dos agentes estatais em relação a elas; a distribuição dos fundos públicos relacionados em tudo que diz respeito à economia; o comportamento do Estado como consumidor de grandíssima escala; a formulação e execução (ou não) de políticas específicas destinadas ao fomento da economia solidária etc.; são apenas exemplos. Cada um desses fatores, em cada nível de poder político (local, regional ou nacional), pode afetar de maneira decisiva a possibilidade da construção e/ou da constituição das RES, podendo chegar, inclusive à ingerência específica de determinado nível de Estado em relação a uma rede específica, em função, por sua vez, de interesses específicos de atores sociais, econômicos ou políticos igualmente específicos.

Por isto, também externamente a construção e a consolidação da rede constituem um exercício de política, agora já não numa esfera “micro”, mas no seu sentido clássico da relação entre cidadãos e Estado. Por isto, as RES devem estar preparadas para estabelecer relações concretas com o poder público, que podem

variando da colaboração e cooperação abertas a processo de enfrentamento explícito, alicerçados na mobilização política dos trabalhadores associados e de seus aliados. Evidentemente, a primeira relação é preferível à primeira, mas ambas devem constituir-se de forma consciente, planejada e deliberada, com transparência e ampla participação decisória e executória por parte do coletivo da rede.

Enfim...

Se os empreendimentos de economia solidária resultam do encontro da precarização do trabalho com a nova “consciência cidadã” (caudatária dos movimentos sociais das décadas anteriores), as redes de economia solidária parecem resultar, também, de um duplo encontro entre condicionamentos econômicos e valores sociais. As RES derivam, de modo geral, dos estrangimentos normais de mercados oligopólicos sobre empresas não oligopólicas, de um lado, e da extensão lógica das práticas dos EES, buscando associar-se a outros empreendimentos solidários, por outro lado.

Ainda que conformem um conjunto plural e heterogêneo, com características e objetivos distintos, as redes têm em comum seu caráter “utópico” e “revolucionário” (no sentido que demos a essas palavras anteriormente), a participação ativa das lideranças que representam aos empreendimentos e a identidade e solidariedade aí presentes.

A participação de atores extra-empresariais traz riscos, mas pode muitas vezes constituir um fator potencializador, desde que saiba atuar respeitando os limites de sua participação, que são dados pelos objetivos e pela soberania dos protagonistas efetivos do processo (os empreendimentos). As universidades, através de seus agentes, podem constituir um importante e estratégico aliado nesse processo, redefinindo o próprio papel das instituições acadêmicas na sua relação com a economia e a sociedade.

O papel reservado ao Estado também pode ser positivo ou negativo, e isto resulta diretamente do grau de compromisso dos atores estatais para com a economia solidária, mas também do respeito que demonstram em relação à soberania dos coletivos dos EES e da RES.

Finalmente, em que pesem os elementos micro-econômicos e de gestão presentes na construção das redes, a micro-política que aí se desenrola é um fator tão ou mais determinante de seu êxito ou de seu fracasso. É aí que os empreendimentos põem à prova seus valores e a solidariedade de suas lideranças.

Referências bibliográficas

CRUZ, Antônio. *A diferença da igualdade – a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese de doutorado em economia aplicada, Instituto de Economia. Campinas: Unicamp, 2006.

_____; CARDOSO, Alessandra. *Las lecciones de la experiencia de Mondragón para la economía solidaria del Cono Sur – Documento 45*. Buenos Aires: Centro de Estudios de Sociología del Trabajo/UBA, 2005.

HINTZE, Susana et al. *Trueque y economía solidaria*. Buenos Aires: Prometeo, 2003.

MANCE, Euclides. *A revolução da redes – a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Redes de colaboração solidária*. In: CATTANI, Antonio et al. *Outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003.

PAULI, Jandir. *O poder nas redes de economia solidária*. Dissertação de mestrado em sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PIORE, Michael; SABEL, Charles. *The second industrial divide: possibilities and prosperity*. Nova York: Basic Books, 1984.

PUTNAN, Robert et al. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. *O banqueiro dos pobres: a revolução do microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países*. São Paulo: Ática, 2001.